

A história dentro da estória: a linguagem rosiana como mediação entre fato e ficto*

Márcia Marques de Moraes*

Resumo

A partir de excertos do romance **Grande sertão: veredas**, o propósito é apontar o trabalho ímpar da linguagem rosiana para processar a mediação entre “fato” e ficção, cruzando o discurso literário e o discurso histórico. Assim, relendo a fortuna crítica do autor que, por um lado, considera que Guimarães Rosa “dissimula a História, para melhor desvendá-la” e, por outro, defende que as marcas da História se apagam para que se incorpore a “perspectiva histórica da mudança”, pretende-se, através da análise do discurso do narrador, mostrar os mecanismos de que se vale o autor para processar essa dissimulação e apagamento, no intuito de fazer ficção e (re)velar uma leitura histórica brasileira dialogando com categorias universais mais abrangentes, tais como, mudança, movimento, processo histórico.

Palavras-chave: Literatura; História; Análise do discurso; Guimarães Rosa; Euclides da Cunha.

O romance rosiano é, em si, emblemático como texto de mediação, cruzamento de discursos. A crítica (ARRIGUCCI JR., 1994) o tem apontado como travessia entre arcaico e moderno; sertão e cidade; épico e lírico; epopéia e romance moderno; poesia do sertão e prosa do romance; narrador tradicional e narrador da existência; oralidade e escrita e, ultimamente, enfatizado a “travessia histórica”, mediada por **Grande sertão: veredas**. Segundo essa leitura, mais recente pelo menos quanto a sua explicitude em colar ao ficto o fato histórico, nas quatro décadas

* Texto apresentado no VIII Congresso Internacional Abralic 2002, de 23 a 26 de julho, em Belo Horizonte, no simpósio “Literatura, Cultura e Arte Ibero-afro-americanas: transculturação, trocas, transferências I”.

** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

que se seguiram à publicação do romance, a Crítica talvez se tenha “ iludido ou esquivado” a lê-lo como “re-escrita de **Os Sertões**”, de Euclides da Cunha e, assim, deixado de mostrar um diálogo sub-reptício entre uma história oficial e uma outra história. Representante dessa crítica de vertente histórica, Willi Bölle (1997/1998) ressalva, em relação a essa afirmativa, a crítica de Antonio Candido, que, desde o primeiro momento da recepção do romance, em 1958, recorta “analiticamente o romance por meio das três categorias euclidianas; a Terra, o Homem, a Luta ou, como preferiu chamá-lo: o Problema”, não deixando, no entanto, de apontar senões que debita à “atitude de reserva de Candido quanto a excessivas analogias entre os dois textos”, tendo em vista “a exagerada valorização do naturalismo na literatura brasileira de ficção”; Bölle (1997/1998) continua e é peremptório no tom inflamado: “mas certamente não pretendia ser uma carta branca para os que gostam de opor a ‘obra de arte’ à História” (p. 28). Ressalvando, ainda, Walnice Nogueira Galvão, em **As formas do falso**, como uma das poucas que “souberam decifrar no romance a dimensão da história a partir de categorias estéticas”, e mencionando estudos com “informações lingüísticas, estilísticas e estruturais (...) básicas para investigações futuras”, citando Mary L. Daniel, Teresinha S. Ward e Eduardo Coutinho, constata como característica mais marcante da recepção do romance a oposição entre interpretações histórico-sociológicas e esotérico-metafísicas (p. 28).

De minha parte, acho que a recepção crítica de Rosa repete “o mundo misturado” de Riobaldo e não é tão simples assim distinguir duas vertentes tão marcadas. Mesmo porque, por enciclopédico, numa apropriação do termo de Frye, a leitura do romance exige que se cruzem muitos saberes, e apostar apenas numa direção, enfatizada como a certa, é correr o risco de reduzir o romance. É evidente que não se desconhecem os motivos dessa retórica da ênfase. De fato, a vertente histórica ficou meio à deriva, depois de Candido e Galvão, até porque a própria história brasileira não tem, ela mesma, segurado seu timão (valem todas as acepções). De qualquer modo, estender esse conceito de história para além dos fatos empíricos, tão bem lidos por Walnice Galvão, tais como, a República Velha, o jaguncismo e o coronelismo, poder e poder paralelo, com base em Benjamin, foi o que acabou fazendo Willi Bölle em seus estudos, o que, por si, acaba não só dando uma dimensão “especulativa” da história como, melhor ainda, fazendo as pazes com uma crítica julgada apressadamente de a-histórica.

Para tentarmos aqui também uma mediação entre as tais vertentes, tão marcadamente separadas, vamos invocar o trabalho de Guimarães Rosa com a linguagem, inclusive, para escutá-lo, de novo, quando, entrevistado por Lorentz, respondeu à pergunta sobre a sua relação com a literatura alemã: “Minha língua (...) é a arma com a qual defendo a dignidade do homem” ou

Todos eles [os autores alemães jovens] perderam o sentido da metafísica da língua, todos eles se tornaram pregoeiros e deixaram de lado a alma, considerando-a fora de moda, em desacordo com a época e acreditando que o homem seria apenas um *Wolfsburg-Mensch*. A língua é o espelho da existência mas também da alma. (...) Somente renovando a língua é que se pode renovar o mundo. *Wolfsburg-Mensch*, o conteúdo dessa expressão é por si só um símbolo horrível. (COUTINHO, 1991, p. 88)

Guimarães Rosa está insurgindo-se, literalmente, contra um certo “homem do castelo do lobo” (não nos esqueçamos que ele acabara de afirmar sobre “a importância monstruosa, espantosa de Freud...”), para condensar a civilização técnica como motivadora do surgimento de um signo lingüístico e metaforizar o abuso de uma língua adversa à língua metafísica, à “linguagem poética, isto é, humana” (COUTINHO, 1991, p. 89).

Essa minha opção se deve à crença de que, para validar uma interpretação, é preciso, por um lado, domar-se o sujeito leitor e suas intuições, buscando balizas diferentes do “eu”, da subjetividade. Ora, se essas balizas são justamente a história e a linguagem e se o que está em questão é justamente a história, vamos recorrer, pois, à linguagem, para sondar o peso da história brasileira, objeto d’*Os sertões*, no texto rosiano. É óbvio, pois, que haja uma liberdade, um caráter seletivo e arbitrário na interpretação que aposta nesse diálogo, mas é preciso também que ela se valide pela legitimidade lingüística, pela abrangência, pela adequação do gênero e pela coerência.

Com relação a esse peso da História na leitura do romance rosiano, vale invocar dois críticos sobre o assunto. Walnice Galvão (1986), como, inclusive, reaproveita Bölle, diz que Rosa “dissimula a História, para melhor desvendá-la” (p. 63), enquanto Davi Arrigucci (1994) afirma que se apagam as marcas da História, para se incorporar o processo, “a perspectiva histórica da mudança” (p. 16). Como se vê, ambos consideram a História como “recalcada” quer pela dissimulação quer pelo apagamento de suas marcas. Galvão pontua, inclusive, as “dissimulações históricas” no romance, tais como: a datação do presente da narração, em função de uma referência à Coluna Prestes (1924-1927), já que “Os revoltosos depois passaram por aqui, soldados de Prestes, vinham de Goiás, reclamavam posse de todos os animais de sela” (ROSA, 1965, p. 77); a localização do enredo dentro do “contorno da República Velha”, já que há alusão à “Capital do Estado” e não à “Província”; o fecho das cartas de Bebelo feito com: “Ordem e Progresso, viva a Paz e a constituição da Lei” (GALVÃO, 1986, p. 63-64); e, ainda, a imprecisão das datas, sempre muito vagas. Para a pesquisadora, no entanto, “muito mais importante que as datas, jamais claras, e mérito de *grande escritor* (ênfatiso, com itálico), é a encarnação em personagens de romance do próprio processo político de consolidação nacional levado a cabo (...) pela República Velha e de que a ditadura Vargas marca o termo” (GALVÃO, 1986, p. 64); nesse momento, a autora cita como lados opostos do poder, Zé Bebelo no “papel histórico

do princípio centralizador e republicano” e Joca Ramiro, marcando “o princípio federativo e localista” (GALVÃO, 1986, p. 64). Arrigucci, notando que Rosa “oculta ou dissolve as marcas da História, incorporando, no entanto o processo”, aponta, na própria construção do romance, esse processo, “uma perspectiva histórica da mudança”. Lembra que a história contada se passa nos anos 20, em função da referência, como já vimos, à Coluna Prestes e “a alguns jagunços históricos e fatos verdadeiramente acontecidos”, frisando que “o sertão está referido ao processo histórico (e ao mundo urbano)”. Os parênteses relativos ao mundo urbano são enfáticos para mostrar a presença da cidade “siderando” o sertão, como ênfase à idéia de processo. No entanto, o processo histórico está, de fato, apontado, nas “figuras em gradação diferente, em diferentes estágios de realidade, envolvendo temporalidades distintas, ainda que combinadas”, de que é exemplo a própria construção das personagens, diversas, conforme a “tipologia” aristotélica do herói; na mistura da linguagem, de narrador, das formas, dos gêneros; “nas mesclas, mudanças e reversibilidades” (ARRIGUCCI, 1994, p. 16); estas últimas, o fulcro do ensaio de Candido, datado de 1958 (CANDIDO, 1991).

Essa convivência entre atraso e progresso, arcaico e moderno são quase gestos a mostrar, a dramatizar o movimento do tempo e as mudanças históricas. Se Walnice apontou a matriz formal do romance, com base em Maria Mutema, na imagem da “coisa dentro da outra”, reiterando a idéia de movimento e mudança como essência da vida, o estudo de Arrigucci avança, ao considerar tais categorias menos “abstratas”, na falta de termo melhor, para considerá-las “organizadoras, estruturadoras” das muitas misturas do romance – mudança e movimento é que dariam uma idéia de sucessão e uma certa linearidade a toda simultaneidade do real que o romance tenta abarcar, inclusive, na prospecção e retrospecção da matéria narrada e marcariam o entrelaçamento entre gênero e história. Nesse sentido, se poderia pensar, ainda, na história dentro da estória, de tal forma que também a mistura de níveis diversos de “realidade” pudesse enfatizar tempo e espaço como processos que não se esgotam na focalização de fatos datados ou regionalizados ou particularizados e apontar movimento e mudança como o lançar-se sempre à busca do sentido, do esclarecimento, seja em termos míticos, históricos ou literários.

No entanto, como se está tratando de Rosa, impossível não escutar o primeiro prefácio de **Tutaméia**, “Aletria e hermenêutica” que começa assim: “A estória não quer ser história. A estória, em rigor, deve ser contra a História. A estória, às vezes, quer-se um pouco parecida à anedota” (ROSA, 1985, p. 7). É claro que o humor desse prefácio pode tangenciar a ironia, que pode ser mais uma matreirice do autor, que pode até ser uma denegação, tão freqüente nas falas mesmas de Riobaldo, personagem que, pelo que se está argumentando, teria sido debuxada com traços de historicidade... Ocorre, ainda, que, como a anedota a que se refere o prefaciador, quer ser

tomada por sua etimologia, requerendo, pois, “fechado ineditismo”, a estória poderia ser, quem sabe, a outra versão da história, a oficiosa e, portanto, inédita, não editada, não vinda à luz. Essa estratégia justifica, então, como também “matriz formal” do romance, numa analogia ao estudo de Galvão, a história dentro da estória, podendo ser a estória “a versão da história” ou, quem sabe, tão ao gosto rosiano de brincar com as palavras, a estória pode ser “aversão da história”, já que ela, “em rigor, deve ser contra a História”, com maiúscula, como vimos há pouco.

Assim, por via mesmo da voz que prefacia **Tutaméia**, se a estória está próxima da anedota em seu sentido primeiro, ou seja, “particularidade curiosa ou jocosa que acontece à margem dos eventos mais importantes, e por isso geralmente pouco divulgada, de uma determinada personagem ou passagem histórica”, conforme o dicionário, é-nos facultado encontrar “a história dentro da estória”. Sucede, entretanto, que esse encontro interpretativo há de ter a mesma sutileza com se imprimiram no texto as marcas da enunciação da História, especialmente no caso de Rosa, que transfigura dados do real, mistura-os ao imaginário e re(a)presenta esse amálgama, com recursos ímpares, no simbólico da linguagem, como acabamos de ver, em relação mesmo aos “significantes” estória/história/anedota...

Assim, é preciso leveza para ler a História na estória rosiana e não correr o risco de, transformando seu texto em documento, esvaziá-lo da literatura. Penso que os recursos estéticos, no nosso caso, lingüísticos, de que se vale o autor são pistas importantes para desvelar uma história simbolizada; mais que isso: tais pistas, porque construídas com empenho pelo autor, podem dizer para além do factual histórico, podem dizer de um sujeito dentro da história e/ou de uma história dentro do sujeito.

Nesse sentido, voltemos ao início desse trabalho, para tentar, por outras pegadas, o diálogo encetado entre Guimarães Rosa e Euclides da Cunha, conforme já leram Candido, Galvão e Bölle.

É evidente que o início do diálogo se dá pelo título: a **Os sertões**, Rosa responde com **Grande sertão: veredas**, tentando fazer ver que, ao determinado pelo artigo e pluralizado, demarcado, pois, lingüística e geograficamente, se contrapõe a voz de um grande sertão, a um tempo, não-determinado, não limitado por uma geografia, mesmo porque “sertão é onde os pastos carecem de fecho” (ROSA, 1965, p. 9), se explicará mais tarde. O “determinismo” da obra euclidiana será quebrado também com os dois pontos, responsáveis, como sinais de pontuação, pelo tom do título, pela pauta, talvez, em que se deve ler o romance, estabelecendo, de imediato, o pacto, agora, entre autor e leitor. Os dois pontos, como é sabido, “é expressão catafórica que enfatiza, na linguagem oral, o que vai ser dito em seguida” (HOUAISS, 2001, p. 1.072), fazendo, pois, que se acentuem “veredas”, mais indeterminada que “sertão”, no sentido de que nem é adjetivada e, mais geral ainda, porque, essas sim é que estão no plural.

Marcam-se, assim, as veredas como espaços menores que o sertão, grande, solene. Mas, depois do sinal de pontuação, o tom da leitura será o de um esclarecimento quanto ao que se disse. Sob essa óptica, pois, as veredas serão como que tri-lhas para a travessia de um grande sertão. Já se vê, então, uma outra direção de leitura para a obra rosiana face à de Euclides da Cunha: o tom é diverso desde o título. Ao invés de determinista, logo, solene, ele é perscrutador.

Com base nessa sutil maneira de dizer com o mesmo um outro, podemos recorrer a ainda linguagem rosiana, tomada aqui como significante, para apontar o trabalho lingüístico, *tout court*, como significado reiterador do que venho defendendo. Os exemplos talvez sejam miúdos, mas nem por isso menos enfáticos, se se leva em conta o próprio modo de trabalhar rosianamente.

Vejamos uma fala de Riobaldo, depois do episódio da Guararavacã do Guai-cuí, para dar início à caça aos “Judas”:

Sáímos, sobre, fomos. Mas descemos no *canudo* das desgraças. Desarma do tempo, hora de paga e perdas, e o mais, que a gente tinha de purgar, segundo se diz. Tudo o melhor fizemos, e tudo no fim desandava. Deus não devia de ajudar a quem vai por santas vinganças?! (ROSA, 1965, p. 229; destaque meu)

Sem esquecer que a essa fala se segue, na página seguinte, uma sobre “os soldados do governo”, chefiados por muitos tenentes: Plínio, Reis Leme, Carvalhais, “da companhia de guerra”, vamos perceber, com nitidez, uma guerra em prol de uma causa santa e que, certamente, pode ter como subtexto “Canudos”. No entanto, perceba-se como esse substantivo próprio que nomeia o levante de Antônio Conselheiro está diluído, relativizado, indeterminado, impessoalizado na expressão “canudo das desgraças”. Há, ainda, nesse trecho do livro (p. 228-233), uma série de pistas que rememora Canudos:

Estávamos em terras que entestam com a Bahia. Em Bahia entramos e saímos, cinco vezes, sem render as armas. Isto que digo, sei de cor: brigar no espinho da caatinga pobre, onde o cãcã canta. Chão que queima, branco! E aqueles cristais, pedra cristal quase de sangue... Chegamos até no cabo do mundo. (ROSA, 1965, p. 231)

Aí, ainda nesse episódio, fala-se em “seguir o roteiro de Deus” (ROSA, 1965, p. 233) e “Eu queria formar uma cidade da religião” (ROSA, 1965, p. 235). Na página seguinte, vamos encontrar Riobaldo falando, textualmente, em história com “h”:

“E foi assim que a gente principiou a tristonha história de tantas caminhadas e vagos combates (...), o que causa estranheza tendo em vista a sempre preferência pela estória...

Acompanhando, ainda, a mesma linha de raciocínio, vamos encontrar: “Assim, de hoje-em-diante doravante, sempre temos de ser: ele o Hermógenes, meu de

morte – eu militão, ele guerreiro...” (ROSA, 1965, p. 259). O trecho se contextualiza depois do antológico, literalmente, episódio da matança dos cavalos, quando o bando, chefiado por Bebelo, encontrava-se acuado na Fazenda dos Tucanos, e Riobaldo, que então nutria muitas desconfianças em relação ao chefe por causa dos bilhetes que fora obrigado a escrever para os homens do governo, reza. Nosso narrador pergunta ao interlocutor: “Sabe o senhor como rezei? Ao explicar; pois, sua reza, Riobaldo toca em “eu militão, ele guerreiro”. De novo, o autor reduz a nome comum, agora em função adjetiva, os nomes próprios, Militão Plácido de França Antunes, fazendeiro poderoso do sertão, de família em vendeta com os Guerreiros. Ao se colocar, pois, em terreno oposto ao do Hermógenes, o narrador se vale dos nomes das famílias inimigas para caracterizar-se a si mesmo e ao rival Hermógenes. Ainda uma vez, a linguagem dilui o factual, a referência, apostando num conotado [o crédito desse achado deve ser dado à professora Ivana Versiani Galery (1969; 1979)].

Esse recurso de tornar “comum” o que seria “próprio” ecoa mesmo a fantasia do regional para dizer do universal, objeto também de diálogo entre Euclides e Rosa; no entanto, cumpre acrescentar que a fissura de Rosa pelo trabalho lingüístico faz que se leia um pouco adiante: a língua para o autor mineiro torna-se essencialmente dêitica, pois que ele quer explorá-la em toda sua potencialidade; assim, além de significar, o código lingüístico pretende mostrar, apontar; as ex-maiúsculas, advindas elas mesmas, de uma derivação imprópria (cf. canudos, militão e guerreiro), tornam-se minúsculas para se aplicarem a uma referência comum, geral, para estenderem seu sentido e, mais, voltam a ser minúsculas para retroagir a um momento original da palavra, não desgastada pelo uso, conforme sua própria afirmação.

Uma outra ocorrência desse recurso encontra-se no trecho da batalha do Paredão: “Os grito, tiros. Que foi, mesmo, que eu primeiro ouvi? Primeiro, dum pulo bruto, eu já estava lá, pegando minha roupa, armado prestes” (ROSA, 1965, p. 438). Já havia uma referência à Coluna Prestes no livro: “Os revoltosos depois passaram por aqui, soldados de Prestes, vinham de Goiás, reclamavam posse de todos animais de sela” (ROSA, 1965, p. 95), o que, segundo Galvão, “(...) tendo a Coluna Prestes durado de 1924 a 1927, permite datar aproximadamente o presente da narração, mas não o enredo” (GALVÃO, 1986, p. 63); no entanto, esse “armado prestes” além de, certamente, dizer do apressado do ato, embaralha também a história, já que, como se tem visto, o recurso é reiterado no romance.

Outras associações com

“Os sertões” ainda podem ser entrevistas no “Grande sertão”, como é o caso mesmo do lugar chamado “Cansação-Velho”, “(...) o nosso bom esconder, num boqueirão-zinho, já achamos companheiros outros, diversos, vindos de armas, e que chegavam separadamente, naquela satisfação de vida salva. (ROSA, 1965, p. 166)

Galvão já adiantara isso em sua edição crítica de *Os sertões*, conforme retoma Arrigucci no ensaio “O mundo misturado”. De fato, há muita proximidade entre a descrição desse lugar em que Riobaldo, exausto, descansa e o que se lê em Euclides: “Houve por duas horas um remanso consolador. (...) Esta escala foi providencial. Cansação era um parêntesis naquele desolamento” (CUNHA, 1979, p. 372). No entanto, o “reaproveitamento” do lugar vai além de cenário e natureza; em **Grande sertão: veredas** se enfatiza com a linguagem o que advém daquele cansaço de Riobaldo distante de Diadorim. Explico: percebe-se que, antes do anúncio do nome do lugar, a palavra cansaço e suas variantes vão preparando o sema denotador da exaustão para que se leia Cansação como também relativo a cansaço: “Acho que, de cansado, estava também com dores redondas de cabeça, molhei minhas fontes. Cansaço faz tristeza, em quem dela carece” (ROSA, 1965, p. 166). E foi justo ali que, em conversa com Jõe Bexiguento que “o jagunço cansado”, perplexo diante da constatação de que o mundo é muito misturado, se percebe como um ser de reflexão naquele meio jagunço da ação, como se lê em Arrigucci (1994). Note-se, pois, mais uma vez, como o lugar de “parêntesis” de Euclides “fornece” a Rosa “matéria vertente”, já que, conforme o próprio Riobaldo: “E eu estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente” (ROSA, 1965, p. 79).

É inegável a presença euclidiana no romance de Rosa: o “grande homem pelo avesso”, epíteto de Antônio Conselheiro, parece voltar nos “avessos do homem” rosiano, onde habitaria um certo “demo”, a parte turva da alma humana; percebe-se, na inversão da expressão, a ênfase a um avesso humano que lembra o jagunço do escritor mineiro como o leu Candido (1991) em “O homem do avessos”, frisando a condição humana na “condição jagunça”, como intitula Galvão (1986) a primeira parte de seu livro. Por aí se vê, de novo, um encaminhamento de leitura mais humanista, na falta de termo melhor, em que a condição histórica é apenas um recorte.

Por fim, gostaria de narrar um fato que, talvez, ilustre o papel e o peso da história na produção do texto rosiano.

Vamos a um excerto do romance que me causou estranheza, em razão da qual andei buscando explicação. Trata-se de um diálogo entre Diadorim e Riobaldo, já Urutu-Branco, em que se relembra a recomendação da coragem que se carece de ter e se exemplifica:

Dou exemplo. Do que houve e se passou, uma vez, no Carujo, um arraial triste, em antigos tempos. O povo dali fugiu, por alguma guerra ou pressa, fecharam a igreja com um morto lá dentro entre velas (...). Ali naquele lugar, o Carujo, no reabrir, depois de uns meses, a igreja, o defunto tinha se secado sozinho. (ROSA, 1965, p. 379)

Isso ecoaria os companheiros deixados insepultos pelos combatentes de Canudos, porque “escasseava o tempo” e os que caíam pelos caminhos, depois de “dias,

semanas e meses sucessivos”, “não se decompunham”, “murchavam apenas (...) – múmias aterradoras” (CUNHA, 1979, p. 340-341); lembraria, ainda, o velho comandante Moreira César, insepulto e atirado à beira do caminho pelos ex-comandados que debandaram em fuga, com cujo espectro depararam os novos expedicionários que, três meses depois, seguiram para Canudos (CUNHA, 1979, p. 255) e, mais ainda,

A retirada impunha-se, por tudo isto, urgente, antes da noite, ou de um outro reencontro, idéia que fazia tremer aqueles triunfadores. Resolveram-na logo. Mal inumados na capela de Uauá os companheiros mortos, largaram dali sob um sol ardentíssimo. (CUNHA, 1979, p. 173)

Perceba-se que o texto rosiano, astutamente, ao referir-se à recomendação de Diadorim sobre a necessidade da coragem, ainda diz: “Aquilo, davandito, ele tinha falado solto e sem serviço, era só uma recordação, assim um fraseado verdadeiro, ditado da vida. O que não fosse destinado para ele ou para mim, mas que era para todos” (ROSA, 1965, p. 379). Ora, o “davandito”, também tão misturado com o *avant*, francês, significando um dito antes, o “era só uma recordação” e o “era para todos” são matreiros para se pensar num antigamente, coletivo e distante; logo, mais pistas para se pensar na Campanha de Canudos. Assim li, assim escrevi. Qual não foi a minha surpresa, ao ler uma carta do autor para seu pai, datada do “Rio, em 27 de outubro de 1953”, em parte na qual se dirige à mãe para “esmiuçar” “outros assuntos”, numerados de 1 a 12, publicada por sua filha Vilma Guimarães Rosa: “Esta é com ajuda de Mamãe: – A história daquele corpo de homem, mumificado, que se desenterrou, em Jequitibá, e foi levado para a igreja” (ROSA, 1983, p. 175).

Como se vê, a escrita rosiana é produto de um amálgama de material lido, ouvido, sentido, experimentado, imaginado, que resulta numa invenção representada por uma linguagem trabalhada para dar conta dessas misturas. Ler seu romance com direção histórica é perfeitamente viável, está claro, pois que um contexto sociopolítico é inerente a todo e qualquer enunciado, e não seria diferente com Rosa, por mais avesso que ele se mostrasse à literatura como forma de “empenho”. No entanto, é preciso estar atento, em qualquer direção de leitura do texto rosiano, a sua linguagem que, para além de ser matéria-prima de toda literatura, é, no autor mineiro, por suas próprias palavras, seu “elemento metafísico (...)”, o que faz que minha linguagem antes de tudo seja minha”, conforme a entrevista a Lorentz (COUTINHO, 1991, p. 80-83).

O que afinal pretendemos com este texto é enfatizar que a própria língua do romance enquanto código é, ela mesma, um signo, e o trabalho metalingüístico empreendido pelo escritor faz, dessas operações, significantes cujos significados devem ser percebidos como reiteradores de um sentido que se pretende buscar na obra; em outras e poucas palavras, o trabalho lingüístico de Rosa não pode “passar batido”,

quando se buscam leituras para o romance; isso quer significar ainda que as palavras, matéria tratada como trabalho em filigrana, além de plurissignificarem, são, ainda, dêixis que pretendem apontar, mostrar, dramatizar, como o próprio romance rosiano, a iniciar-se por um intérimo travessão.

Para fechar este texto, invoco Candido, o crítico que, segundo Bölle, foi o primeiro a chamar a atenção para “a afinidade eletiva” entre Rosa e Euclides, mas ressaltando uma certa “reserva” do crítico:

A experiência documentária de Guimarães Rosa, a observação da vida sertaneja, a paixão pela coisa e pelo nome da coisa, a capacidade de entrar na psicologia do rústico, – tudo se transformou em significado universal graças à invenção, que subtrai o livro à matriz regional para fazê-lo exprimir os grandes lugares-comuns, sem os quais a arte não sobrevive: dor, júbilo, ódio, amor, morte –, para cuja órbita nos arrasta a cada instante, mostrando que o pitoresco é acessório e que na verdade o Sertão é o Mundo. (COUTINHO, 1991, p. 295)

Para, finalmente, mostrar que o escritor sabe tudo e que se antecipa a seu tempo, vale lembrar que o termo “Favela”, de “Morro da Favela”, em Canudos, nome de um dos morros que cercavam o vale e lugar em que se amontoavam os ranchos dos sertanejos, nomeia, hoje, com minúscula, aglomerados de moradias miseráveis plantadas nos morros. Dizem que a transposição de sentido se deveu ao fato de ex-combatentes de Canudos terem ido viver num morro carioca. Esse “atalho etimológico”, expressão do historiador Rodrigo Lacerda (ABDALA JR. & ALEXANDRE, 1997, p. 39), ainda que seja fantasioso, mostra que a miséria não se circunscreveu/ ou se circunscreve à zona rural, ao sertão; ela, como o significante “favela”, desliza e alcança a zona urbana, a cidade; deixa de ser própria e passa a ser comum, tão à maneira rosiana; tão ao feitio da literatura, para potencializar todos os tempos e iguais e diversos espaços.

Esses recursos rosianos, perscrutados nos contos de **Primeiras estórias** que “cenarizariam” Brasília, “As margens da alegria” e “Os cimos”, em leitura inicialmente feita pelo crítico Luiz Costa Lima (COUTINHO, 1991, p. 500-513), podem estender-se à própria figura de Juscelino Kubitschek, ao trabalho com a linguagem de seu discurso no lançamento da pedra fundamental da cidade e mesmo ao plano piloto...

Mas isso seria outra história... Ou estória?

Abstract

With basis on excerpts from the novel **Grande sertão: veredas**, this paper aims at pointing out the peculiar work of Guimarães Rosa's language to process the mediation between fact and fiction, crossing the literary and the historical discourses. Thus, revisiting the critical texts on the author, which consider, on the one hand, that Rosa 'dissimulates History, in order to better disclose it', and on the other hand, postulate that the traces of History fade away so that 'the historical perspective of change may be incorporated', the paper aims at disclosing, through the analysis of the narrator's discourse, the mechanisms used by the author to process that dissimulation and that veiling, so as to create fiction and (un)veil a Brazilian historical reading in dialogue with universal categories of a wider scope, such as change, movement, historical process.

Key words: Literature; History; Discourse analysis; Guimarães Rosa; Euclides da Cunha.

Referências

- ABDALA Jr., Benjamin; ALEXANDRE, Isabel (Org.). **Canudos**. Palavra de Deus. Sonho da terra. São Paulo: Editora Senac/Boitempo Editorial, 1997.
- ARRIGUCCI JR, Davi. O mundo misturado: romance e experiência em Guimarães Rosa. **Novos Estudos/Cebrap** (40). São Paulo: novembro de 1994, p. 7-29.
- BÖLLE, Willi. O pacto no Grande Sertão – Esoterismo ou lei fundadora? In: **Revista USP**, São Paulo, n. 36, p. 26-45, dez./fev. 1997-98.
- CANDIDO, Antonio. O homem dos avessos In: COUTINHO, Eduardo F. (Org.). **Guimarães Rosa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 294-309. Coleção Fortuna Crítica (6).
- CANDIDO, Antonio. Jagunços mineiros. De Cláudio a Guimarães Rosa. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1970.
- COUTINHO, Eduardo (Org.). **Guimarães Rosa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. Coleção Fortuna Crítica (6).
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Campanha de Canudos. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- GALERY, Ivana Versiani. **Os prefixos intensivos em "Grande sertão: veredas"**. Belo Horizonte, 1969. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais.
- VERSIANI, Ivana. Derivados regressivos em "Grande sertão: veredas". **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2 jun. 1979.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. **As formas do falso**. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LIMA, Luiz Costa. O mundo em perspectiva: Guimarães Rosa. In: COUTINHO, Eduardo F. (Org.). **Guimarães Rosa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 500-513. Coleção Fortuna Crítica (6).

LORENTZ. Günter. Diálogo com Guimarães Rosa. In: COUTINHO, Eduardo (Org.). **Guimarães Rosa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 62-97. Coleção Fortuna Crítica (6).

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965.

ROSA, João Guimarães. **Tutaméia**. Terceiras estórias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ROSA, Vilma Guimarães. **Relembraimentos: João Guimarães Rosa, meu pai**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.